



## **ATA Nº 7/2017**

### **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR**

----- Aos dezoito dias do mês de novembro do ano dois mil e dezassete, no Auditório da Câmara Municipal de Rio Maior, realizou-se uma sessão extraordinária da Assembleia Municipal de Rio Maior, sob a presidência de António Manuel Silva Arribança. Secretariaram a presente sessão os Deputados Municipais Carlos Jorge Coelho Neto e Maria Eugénia de Jesus Reis, respetivamente Primeiro e Segunda Secretários da Mesa. A Câmara Municipal de Rio Maior fez-se representar pela Presidente, Isaura Maria Elias Crisóstomo Bernardino Morais. Assistiram também à presente sessão os Vereadores da mesma Câmara Municipal, Luis Filipe Santana Dias, João António Lopes Candoso, Ana Filomena e Silva Antunes Figueiredo, Miguel Filipe da Silva Santos, Daniel Alexandre Pulquério Pinto e João Teodoro Miguel. -----

#### **----- JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS -----**

----- Nos termos da alínea j) do número 1 do Artigo 9º do Regimento da Assembleia Municipal, foi justificada a falta do deputado João Pedro de Aleluia Gomes Sequeira, procedendo-se à respetiva substituição.-----

----- Pelas catorze horas e vinte e cinco minutos, verificando-se a existência de quórum (31 presenças), o Presidente da Assembleia deu início aos trabalhos da presente sessão (anexo 1). -----

#### **----- Presidente da Assembleia Municipal -----**

----- Lembrou que se por tratar de sessão extraordinária apenas haverá lugar aos períodos da ordem do dia e da intervenção do público, conforme dispõe o n.º 2 do artigo 35º do Regimento deste órgão. Passou de imediato à leitura da convocatória e ordem de trabalhos. -----

#### **----- PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----**

#### **----- ASSUNTOS PARA DELIBERAÇÃO -----**

#### **----- Ponto I – Plano Estratégico de Valorização Turística para o Município de Rio Maior -----**

----- A Presidente da Câmara apresentou cumprimentos a todos os presentes e antes de iniciar a apresentação da proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados, solicitou, desde logo, que de seguida pudesse ser dada a palavra à Vereadora Ana Filomena e Silva Antunes Figueiredo para acrescentar mais alguns



factos acerca do trabalho desenvolvido neste âmbito, o que foi concedido pelo Presidente da Mesa da Assembleia Municipal. -----

----- Disse que se trata de um documento preparado pelo anterior executivo municipal e que já não houve oportunidade de ser presente à Assembleia Municipal antes do final do mandato e, por isso, ser presente já na primeira sessão para discussão e eventual aprovação. Acrescentou que se trata de um plano que surge no âmbito do plano estratégico do desenvolvimento para o concelho de Rio Maior anteriormente aprovado por este órgão, nomeadamente no eixo 2 cujo tema é o desenvolvimento dos elos do potencial da visitação de Rio Maior. Disse que foi um documento elaborado por um gabinete externo, acompanhado e coordenado pela Entidade Regional de Turismo Alentejo/Ribatejo, em colaboração com os operadores turísticos do concelho e apresentado ao anterior executivo municipal, que teve também a oportunidade de apresentar propostas, sendo aprovado por unanimidade. -----

----- **Vereadora Ana Filomena e Silva Antunes Figueiredo** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Apresentou uma breve resenha do documento dizendo que se trata de um trabalho de campo onde foram intervenientes não só a Entidade de Turismo e a empresa responsável pela sua elaboração mas também os técnicos do município, os operadores turísticos regionais e locais, as forças vivas do concelho e ainda os vereadores que integravam o anterior executivo municipal. Continuou dizendo que após a elaboração do diagnóstico do concelho foram definidos dez eixos de intervenção que, no futuro, serão sujeitos a um planeamento para a sua execução dependendo das estratégias e prioridades estabelecidas pelo executivo municipal. Salientou que entre os eixos prioritários está a riqueza natural das Serras de Aire e Candeeiros e as Marinhas do sal e ainda o potenciar do desenvolvimento da oferta hoteleira de média dimensão, esta última de natureza privada e que o município tudo fará para apoiar e agilizar. Referiu que também o que se procura é que o turismo existente deixe de ser apenas de visitação de passagem e que haja a possibilidade da pernoita no concelho. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Deputada Liliana Marques Alonso** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- **(Intervenção transcrita na íntegra, conforme documento entregue pela própria.)** -----



----- “Apesar da nossa aprovação do plano estratégico de valorização turística de Rio Maior gostaria de sugerir uma melhoria, que fez parte do compromisso eleitoral da CDU e que gostaria que ficasse registada em ata. -----

----- A nossa proposta é que se valorize e preserve o património geológico, ecológico, arqueológico, histórico e cultural do concelho, promovendo o desenvolvimento sustentável com base em 3 pontos: -----

----- GEOCONSERVAÇÃO – salvaguardar o património geológico da nossa região para as gerações futuras, o património geológico é um recurso natural não renovável, cuja perda é irreversível e implica uma perda do registo histórico do nosso planeta; ----

----- EDUCAÇÃO – promover o estudo das geociências junto das escolas fornecendo os meios para o ensino de disciplinas geocientíficas, e do público em geral; -----

----- GEOTURISMO – estimular a criação de atividades económicas suportadas na geodiversidade da região envolvendo as comunidades locais. -----

----- Esta promoção do desenvolvimento sustentável será claramente facilitada se iniciarmos um processo de classificação de GEO-SÍTIOS e GEOMONUMENTOS (é um local de interesse relevante para o estudo da geologia, numa perspetiva científica, didática ou turística, quer pela particularidade de suas formações geológicas quer pela natureza mineral do subsolo seja pelo seu valor paleontológico). O início deste processo cria alicerces que permitem uma candidatura à UNESCO para classificação do território de Rio Maior como área protegida de cariz geológico – GEOPARQUE. ----

----- Este projeto é de importância relevante porque o que a população em geral não conhece não valoriza, nem preserva. Quando se conhece a importância histórica e cultural do património é muito mais fácil garantir a perpetuação do património para as gerações futuras. -----

----- Não vou enumerar geo sítios nem geo monumentos do nosso concelho, pois acredito que a maior parte dos presentes nesta sala os conheçam ou deles já tenham ouvido falar, mas constato frequentemente que a maior parte dos nossos munícipes não os conhece. -----

----- Assim considero o início do processo de classificação de geo sítios e geo monumentos um interesse da população do município e um acréscimo relevante para a promoção do turismo e por isso esperamos que seja incluído neste plano estratégico de valorização turística. Obrigada pela vossa atenção.” -----

----- **Deputado António Manuel da Silva Moreira** -----



----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

--- Interveio para questionar qual foi a forma e o valor de adjudicação deste plano estratégico. -----

----- **Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Congratulou-se pela existência deste plano, que é o primeiro desta natureza, dizendo que o documento em si faz uma elencagem de tudo aquilo que existe no concelho e depois termina com a definição de alguns vetores de orientação e a escolha de dez eixos. Disse que no entendimento da Coligação Democrática Unitária (CDU) deveria ser tomado em atenção o facto de o documento se centrar muito na cidade quando deveria também focar-se mais nas zonas rurais que devem ser mais estimuladas e analisadas com mais profundidade referindo que em algumas delas existem alguns pontos de interesse turístico a que o documento não faz referência e que em relação à oferta hoteleira existente se centra fortemente na zona da cidade quando nos meios rurais, nomeadamente ao nível do turismo rural, se tem verificado um desenvolvimento de um certo turismo particular em casa senhoriais recuperadas e que isso deveria ser tido em consideração fazendo um levantamento mais aprofundado. -----

----- Concluiu dizendo que, na sequência deste documento, há que fazer rapidamente uma calendarização e começar a executar e a concretizar. -----

----- **Deputado Filipe Montez Coelho Madeira** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Iniciou por dizer que se tratando de um plano estratégico bastante exaustivo e detalhado apenas se irá referir aos pontos que considerou mais interessantes, referindo desde logo as dimensões estratégicas prioritárias assinaladas, nomeadamente o património histórico e cultural, lazer e natureza, desporto e produtos locais e a enogastronomia. Salientou que em termos de diagnóstico é destacada a vocação para o desporto profissional e de ligação à natureza, a existência de um património histórico-cultural rico, embora com algumas limitações de acessibilidade e de estado de conservação que poderá não ser o ideal neste momento. No que se refere ao potencial de atratividade natural referiu que a Serra de Candeeiros que foi um dos aspetos indicados e como ponto fraco a questão da oferta hoteleira escassa,



assim como o reduzido número de agentes de animação turística. Considerou que haverá situações que dependem da iniciativa privada mas há também aquelas que são determinantes para o incentivo e que dependem do município. Identificou ainda como aspetos positivos as acessibilidades, a proximidade a Lisboa e a existência de infraestruturas relacionadas com o desporto para além de um património e locais onde a natureza prevalece para a possível visita e para o possível turismo. Afirmou ainda que existe atualmente em Portugal uma tendência para o turismo e para a aplicação das tecnologias, e que bem utilizadas poderão tornar o concelho mais atrativo e interessante, criando espaço para uma boa visita e uma boa experiência com o turista. Considerou que a principal ameaça é a concorrência dos locais e dos municípios que circundantes e que, como tal, interessa fazer melhor e interessa fazer mais rápido visto Rio Maior estar em melhores condições do que alguns concelhos que têm mais problemas financeiros. Relativamente ao trabalho sugerido no plano e às medidas de curto, médio e longo prazo, deixou a sugestão de que se passe de facto à ação, e que está convencido de que se o município fizer o seu trabalho, a iniciativa privada também vai aparecer. Deixou, por isso, o desafio de estando o plano aprovado, seja iniciada a sua implementação e que, certamente, daqui a quatro anos o concelho estará muito melhor sob o ponto de vista turístico. -----

----- **Deputado Mário João das Neves Flores** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Iniciou por dizer que da leitura do Plano Estratégico de Valorização Turística para o Município de Rio Maior apresentado para votação à Assembleia Municipal pelo Executivo Municipal surge de imediato a questão de como daqui a quatro anos se poderá saber se este foi cumprido e se, perante os eixos de ação que foram implementados pela Câmara Municipal, se pode depositar confiança no mesmo. Explicou que esta questão surge porque da análise feita não se consegue perceber quais as condições específicas que garantem a implementação do mesmo. Continuou dizendo que este plano representa um depósito do potencial turístico de Rio Maior, um plano que supostamente irá dar aos cidadãos, empresas e ao Município de Rio Maior um retorno em termos de emprego, de volume de negócios e de aumento de atividade económica e que assim impõem-se duas perguntas a que o plano devia responder: quanto é que vamos investir e qual vai ser o retorno obtido com este plano. Em sua opinião nenhuma destas perguntas está respondida no documento apresentado e essencialmente porque o documento que o executivo aceitou como bom para ser



apresentado a esta assembleia não é um plano estratégico, porque se o fosse este obedeceria a regras bem definidas, o que não acontece. Afirmou que um plano estratégico envolve a definição de metas quantificadas e a quantificação de recursos mobilizados para as ações propostas, que um plano estratégico apresenta uma análise do ponto de vista da partida em termos quantitativos e comparáveis com as metas a atingir. Salientou que desde logo não se sabe qual o ponto de partido, como seja o número de pessoas visitam Rio Maior por ano, quanto dinheiro deixam no concelho hoje, qual o peso do turismo na economia do concelho, qual o emprego gerado por esta atividade económica e ainda quantos funcionários municipais se encontram alocados às necessidades de apoio ao turismo. Reiterou que o documento não responde a estas questões e que isso representa um mau começo porque não é perceptível o investimento a fazer e, pior ainda, não se sabe quanto irão custar cada uma das cinquenta e duas ações. Continuou dizendo que, para piorar as coisas, também não se sabe quais os resultados finais da execução do plano, quantos visitantes se irá receber a mais, qual o aumento da atividade económica ligada ao turismo e quantos empregos serão criados. Referiu que a simples constatação destes factos seria suficiente para aconselhar a não-aceitação, por parte da Câmara Municipal, deste documento, quanto mais propô-lo a votação da Assembleia Municipal mas que, para além disso, o próprio documento contém, para além de omissões de dados quantitativos relativos às metas a alcançar, um conjunto de erros inadmissíveis dos quais sublinhou apenas os mais gritantes, nomeadamente, o não cumprimento da abordagem metodológica que se propõe (página 37), considerando que os autores desconhecem a diferença entre o que é uma análise e uma síntese, e depois, para além de um conjunto de diagramas inconsequentes e da apresentação de dados que são do domínio público, o plano resume-se a um levantamento apenas descritivo que nem sequer é completo, dos ativos turísticos do concelho e ao elencar de uma longa lista de atividades avulsas, a que chamam eixos de ação, sem justificar tecnicamente a escolha das propostas apresentadas. Continuou indicando que os dados quantitativos exibidos se limitam à apresentação de duas tabelas do Instituto Nacional de Estatística (página 46 e 47) e só um deles se refere expressamente a Rio Maior e que são apresentadas análises erradas, desmentidas pelos próprios dados quantitativos que são apresentados, como por exemplo a capacidade hoteleira e a taxa de ocupação (página 47) onde se refere que “no município de rio maior a oferta hoteleira é globalmente deficitária” e “ o município apresenta uma capacidade de





alojamento muito limitada” quando os números na tabela acima, na mesma página, dizem que a taxa de ocupação hoteleira em Rio Maior é de 20%, ou seja, existe a hipótese de crescimento de 180% e ainda ficar abaixo da taxa de ocupação de Lisboa, o que quer dizer que a oferta de alojamento em Rio Maior é, proporcionalmente, muito superior à de Lisboa. De seguida afirmou ainda que apesar de na literatura existirem técnicas concretas sobre definição estratégica, a síntese apresentada (páginas 69 e 70) não se encontra relacionada em lado algum com a análise SWOT que é exposta (página 64 e 65), e apresenta o que aparenta ser (página 55) uma análise de valor, que é uma técnica de avaliação muito usada, que não define nem explica quais os critérios de ponderação utilizados, exigidos na aplicação desta técnica. Disse ainda que a calendarização dos eixos de ação omite metas e objetivos intermédios o que quer dizer que se as coisas correrem mal só no final da execução do plano é que se irá saber e propõe, em seu entender, coisas absolutamente ridículas como um FabLab para investigação e desenvolvimento de produtos derivados do sal (página 93), um FabLab de management (página 103), o que só demonstra que os autores não sabem o que é um FabLab, nunca entraram em nenhum, pondo-se desde logo à disposição para organizar uma visita a um FabLab e assim puderem perceber o ridículo associado a estas duas propostas, acrescentado também que no plano de ação (página 72) a estrutura de governância de envolvimento da rede de parceria vem depois do desenvolvimento dos produtos, que necessitam e preveem a existência destas parcerias, não se compreendendo como pode fazer-se esse desenvolvimento sem as prévias parcerias necessárias. -----

----- Concluindo, referiu ainda que o plano prescreve um aumento de ativos municipais para o turismo e o aumento do número de pessoal sem indicar o porquê, a quantidade, as competências e as valências para o efeito e quais os objetivos, e ainda que não se consegue retirar da análise do documento qual é a situação atual, quais os caminhos a seguir, quanto irá custar e o que é que se irá ganhar com a aplicação deste plano. Reforçou que é lamentável que o Executivo Municipal tenha aceite este documento como sendo um verdadeiro plano estratégico e se sinta confortável a apresentar o mesmo para aprovação na Assembleia Municipal. -----

----- Por fim disse que, embora se saiba que a bancada da coligação irá votar favoravelmente um documento que nem sequer devia ser apresentado à votação, é obrigação de todos os membros perceberem que não está a falar de uma situação



política mas meramente técnica, afirmando que o plano é mau, não serve para nada, e muito menos para o desenvolvimento do turismo do concelho de Rio Maior. -----

----- Sugeriu, por isso, aos deputados municipais da coligação que antes da votação solicitassem ao Presidente da Mesa um intervalo para verem na internet o que é um plano estratégico e depois analisarem o plano apresentado à luz do que são as definições consensuais sobre o tema e desta forma confirmar que este documento, se for aprovado, vai apenas hipotecar durante quatro anos o desenvolvimento turístico do concelho de Rio Maior e que isso já não é uma opção técnica, é uma opção política. ---

----- **Presidente da Junta de Freguesia de Rio Maior** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Iniciou por relembrar momentos importantes neste processo, como foi a apresentação do Plano Estratégico de Desenvolvimento para Rio Maior com uma visão e uma estratégia que apontava para metas até 2025 e também um plano de ação que ia ainda mais longe, até 2030. Disse que é importante e essencial conhecer os antecedentes e todo o trabalho desenvolvido a montante e lembrou que este plano estratégico foi desenvolvido por uma equipa de trabalho da Câmara Municipal e também escolhida uma empresa do Professor Augusto Mateus para a definição de um plano estratégico que abarcou várias áreas de interesse para o desenvolvimento do concelho, através de uma reflexão técnica que consistiu, no essencial, em olhar-se para o território de uma forma integrada, de uma forma articulada, analisando-se essas diferentes realidades. -----

----- Considerou muitas das afirmações feitas anteriormente gravosas porque, não sabendo o que se passa com a bancada do Partido Socialista (PS) mas acreditando que leram atentamente a documentação e a minuta da deliberação da Câmara Municipal, o plano foi aprovado por unanimidade e inclusive pelo PS. Acrescentou que, em seu entender, o que acontece é a tentativa de desvalorizar o trabalho que é de todos e isso, em política, parece-lhe muito mal, considerando que não se deve dizer mal só porque não é algo feito pela cor partidária a que pertencem, e que o que é importante é saber-se que a partir do momento em que se é eleito e se toma posse se deve defender os interesses do concelho. -----

----- Afirmou que faz votos que estes dez eixos de ação inscritos no plano estratégico, e que se subdividem, possam ser trabalhados conjuntamente com as entidades públicas, as entidades privadas, os agentes económicos, que também foram chamados a participar na elaboração do documento, custando-lhe muito ouvir





afirmações que desvalorizam e ridicularizam este documento. Reforçou que este documento foi trabalhado por diversas entidades, não só políticas mas também privadas e pelos agentes económicos que fazem andar esta economia, independentemente de cores partidárias. -----

----- Terminou dizendo que enquanto representante da Junta de Freguesia de Rio Maior faz questão que todos saibam que nas responsabilidades que lhe cabe, tudo será feito para serem parceiros dinamizadores atentos ao futuro porque é isso que os riomaiorenses exigem. -----

----- **Deputado António Carlos e Silva Antunes Figueiredo** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- No que diz respeito ao Plano Estratégico de Valorização Turística para o Município de Rio Maior disse que antes de mais gostaria de recordar que o mesmo foi sujeito a discussão pública durante onze meses, durante os quais todos os cidadãos e as entidades que assim o entenderam o puderam consultar e propor os seus “inputs” relativamente aos seus interesses e anseios para Rio Maior. Lembrou também que este plano foi aprovado por unanimidade por todo o anterior executivo e que todos os vereadores apresentaram os seus contributos, sendo que bastantes deles foram incorporados no mesmo. -----

----- Considerou que compete à assembleia avaliar e votar os planos e a sua execução sob o plano político e não sob o ponto de vista financeiro, cabendo apenas avaliar sob o ponto de vista financeiro os planos aquando da apresentação de orçamentos ou validação e aprovação dos mesmos. -----

----- Relativamente ao plano propriamente dito disse que, em seu entender, o mesmo é bastante abrangente, frisando diversos pontos como a localização estratégica de Rio Maior, bastante beneficiado pelas vias de comunicação, e também o recente “boom” turístico em Lisboa onde se verifica uma saturação do alojamento. Salientou que no que respeita a estratégia para o turismo, Rio Maior está na estaca zero, não havendo forma de ser feito qualquer diagnóstico atualmente, sabendo que existe o turista endógeno, que são as pessoas da terra e o exógeno, o visitante, mas tudo o que acontece é por geração espontânea, não sendo possível de medir e/ou quantificar, e se essa visitação é intencional ou por acaso. -----

----- Afirmou que importa valorizar o território do concelho, as estratégias que possam potenciar o seu interesse e a capacidade de fazer permanência dos turistas em Rio



Maior, envolvendo os diferentes agentes económicos, quer externos quer internos, e fazendo mover as forças vivas e políticas do concelho, evitando que esta seja uma iniciativa apenas com obra e investimento público. Exortou os presidentes de junta a promoverem e analisarem as potencialidades das suas freguesias e contribuir para a inclusão plena do meio rural, chamando à atenção que no documento há um forte enfoque em dois pontos: no turismo, enquanto polo potenciador de visitação e também no mundo rural com os produtos endógenos e o próprio meio rural, havendo assim a necessidade de não só engrandecer e criar capacidade hoteleira mas também, o alojamento local contribuindo para o desenvolvimento do meio rural e o meio urbano em simultâneo. Realçou que a utilização dos recursos naturais deve ser potenciada, nomeadamente o parque natural e envolver todos os agentes. -----

----- Terminou dizendo que lhe parece que este é um plano a executar o quanto antes, coordenando-o com revisão do Plano Diretor Municipal em andamento para assim constituir Rio Maior como um verdadeiro motor capaz de gerar o bem-estar e qualidade de vida aos riomaiorenses. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Agradeceu as intervenções que manifestaram alguma preocupação e interesse por este assunto e quanto a outras intervenções esclareceu que custo de elaboração foi de onze mil quinhentos e cinquenta euros mais IVA e que se tratou de um procedimento de ajuste direto devidamente enquadrado dentro da legalidade, sendo que a empresa foi proposta pela Entidade Regional de Turismo Alentejo/Ribatejo já que trabalhou com o nosso município e mais cinco municípios da região. -----

----- Relativamente às restantes questões pediu desde logo desculpa pelas intervenções depreciativas e desrespeitosas pelo trabalho dos técnicos envolvidos e daqueles que foram contratados para fazer este plano. -----

----- Disse que este é um documento aprovado por unanimidade no anterior executivo e que foi apresentado pelo Presidente da Entidade Regional de Turismo a todos os riomaiorenses que quiseram vir ver e ouvir a sua apresentação e lamentou, desde logo, que quem agora se apresenta com tanto conhecimento na área e na matéria na época não tivesse manifestado o interesse e estar presente. Continuou dizendo que este mandato é a continuidade do anterior e também a continuidade do serviço que tem vindo a ser feito, ou seja, serviço público. Acrescentou que este documento não é um plano económico-financeiro e sim um plano estratégico que decorre de um outro documento aprovado pela Assembleia Municipal, o Plano Estratégico de



Desenvolvimento de Rio Maior. Lembrou que este documento espelha um dos eixos daquele plano e é uma estratégia a cinco anos, de 2017 a 2021. -----

----- Relativamente às considerações feitas em termos da sua execução, concordou que é efetivamente uma competência da Câmara, mas também de todos os eleitos, incluindo os eleitos na assembleia e que têm, também eles, responsabilidades políticas e públicas de trabalhar em conjunto e acompanhar este plano. Reforçou que foi um trabalho de onze meses com contributos dos anteriores vereadores que compunham o executivo municipal, dos operadores turísticos do concelho e considerou que seria uma falta de respeito estar a pôr em causa e a pôr em dúvida todo o trabalho que foi feito, afirmando que lamenta que os contributos que foram agora dados não tenham sido apresentados na altura e nos momentos. -----

----- Terminou dizendo que para quem está na vida pública há momentos para tudo: houve momentos para apresentar programas eleitorais e houve momentos para conhecer outros programas eleitorais e lembrou que uma das medidas dos programas eleitorais da oposição era precisamente a implementação de ações e medidas que permitissem a concretização do Plano Estratégico e Desenvolvimento Turístico e, na verdade, é esse o plano que agora se apresenta e sobre o qual se deve deliberar. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes, com 24 votos a favor e 7 votos contra dos Deputados Municipais Guilherme Filipe Salgado Gaboleiro, Celso Cláudio Ferreira Martins, Anabela Costa Azenha, Filipe Vicente Martins, António Manuel da Silva Moreira, Susana Carla Alves Franco e Mário João das Neves Flores (31 presenças). -----

----- **Declaração de Voto do Presidente da Junta de Freguesia de Rio Maior** que se transcreve na íntegra: -----

----- “Votei favoravelmente porque de facto esta é uma matéria e um trabalho que é importante implementar o mais depressa possível a bem do concelho. E como V. Ex.<sup>a</sup> me conhece há bastante tempo, entendo também esta questão da solidariedade democrática e eu serei solidário para com um vereador, que não é do meu partido político, esse vereador é o Daniel Pinto, e tenho que ser solidário porque acho muito mau, e isso sim é ridículo, a sua bancada votar contra aquela que foi a posição deste vereador e acima de tudo que foi candidato à Câmara e que estas pessoas o acompanhavam exatamente nessa eleição e, por isso, a minha solidariedade.” -----



----- **Declaração de Voto do Deputado Guilherme Filipe Salgado Gaboleiro** que se transcreve na íntegra: -----

----- “O Partido Socialista votou contra este ponto, não por ser contra um plano estratégico mas por considerar que este plano estratégico é insuficiente e incompleto para o fim a que se refere, não sendo uma mais-valia para o nosso concelho.” -----

----- **Declaração de Voto do Presidente da Junta de Freguesia de Arrouquelas** que se transcreve na íntegra: -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- “Fazer declaração de voto dado que votei a favor, favoravelmente, e penso que, muito embora não fosse a altura que julgaria para fazer a minha primeira intervenção, mas penso que talvez seja o momento oportuno dado que acho que devo fazer aqui uma distinção clara relativamente à minha posição na Assembleia dado que eu represento uma freguesia e portanto há aqui uma distinção que eu considero essencial, uma do ponto de vista funcional e outro do ponto de vista político, é muito possível fazer-se política em assembleia, deve-se lembrar que quem tem uma função de representação pública e política associada a uma comunidade específica deve esforçar-se por fazer ou clarificar esse posicionamento. Nós entendemos que apesar de poder existir alguma verborreia académica ou eventualmente alguma crítica que se possa colocar ao processo, no nosso entender, até porque a nossa freguesia tem interesses claros nesta área do turismo, que um documento estratégico, mesmo tendo alguns elementos criticáveis é sempre melhor do que o vazio relativamente às propostas e aos objetivos e entendemos aqui que devemos marcar uma posição, ou seja, nós não nos afastamos do sítio político que nos localizamos mas entendemos que enquanto presidente de junta devemos votar em consciência e justificar o facto pelo qual o fazemos, dado que pode ser mal entendido e portanto é nesta altura que eu entendo que isto deve ser vincado, portanto a opção que nós temos é pelo voto em consciência sem menosprezar a intenção e o projeto político que as várias forças têm dentro de uma assembleia. No caso aqui do elemento do documento estratégico eu faço, e vou aproveitar para fazer valer aquilo que são as nossas intenções dado que a periferia do Município acaba por ter aí algumas fragilidades, na nossa, na minha freguesia nós temos falado já há muito tempo sobre este vetor estratégico do turismo associado à reabilitação do meio rural, Nós precisamos muito de pessoas a circular pelos campos, tudo isto converge no mesmo sentido ou seja, a lógica do que se tem



falado sobre a prevenção dos incêndios passa também pela inexistência de pessoas a circular pela terra, o facto de os campos não serem cultiváveis por questões económicas e eventualmente a rentabilidade, não quer dizer que eles não sejam visitáveis e mesmo em termos do alojamento local, turístico de base mais simples também é um dos elementos que nós temos em proposta, de maneira que para mim era extraordinariamente difícil não me associar a um documento que tem uma visão estratégica para uma área da qual nós nos congratulamos. É esse o nosso posicionamento, é essa a nossa forma de estar e portanto eu entendi que seria nesta altura o momento indicado para o registar.” -----

----- **Ponto II – Assuntos para eleição/designação de representantes** -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Leu a ordem de trabalhos no que se refere a este ponto e informou que os trabalhos foram interrompidos para preparação das listas às quinze horas e quarenta minutos e retomados às quinze horas e cinquenta minutos (anexo 1). -----

----- Foram apresentadas duas listas para a eleição à Assembleia Intermunicipal da CIMLT, designadas por A e B de acordo com a ordem de chegada à Mesa, sendo que a lista candidata pela Coligação Juntos pelo Futuro foi designada por lista A (anexo 2) e a lista candidata pelo Partido Socialista foi designada por lista B (anexo 3). -----

----- Para as restantes votações (Ponto II.2 a Ponto II.7) foi apresentada uma única lista a cada um dos pontos pela Coligação Juntos pelo Futuro (CJF) (anexo 4 a 9). -----

----- Foram lidas todas as listas pela Mesa e não havendo intervenções foi dado início às votações. -----

----- **Ponto II.1 – Assembleia Intermunicipal da CIMLT (listas eleitas de entre membros da AM eleitos diretamente, pelo método de Hondt – quatro membros efetivos + suplentes)** -----

----- Efetuada a votação por sufrágio secreto, recolhidos e escrutinados os votos foi eleita a **Lista A por maioria com 20 votos a favor e 7 votos em branco** (anexo 10).-

----- **Ponto II.2 – Comissão Alargada da CPCJ de Rio Maior (eleição de quatro cidadãos que não carecem de ser membros da Assembleia Municipal)** -----

----- Efetuada a votação por sufrágio secreto, recolhidos e escrutinados os votos foi eleita a **Lista A por maioria com 24 votos a favor e 7 votos em branco** (anexo 11).-

----- **Ponto II.3 – Conselho Municipal de Educação (Eleição de um Presidente de Junta)** -----



----- Efetuada a votação por sufrágio secreto, recolhidos e escrutinados os votos foi eleita a **Lista A por maioria com 24 votos a favor e 7 votos em branco** (anexo 12).-

----- **Ponto II.4 – Comissão de Acompanhamento da revisão do Plano Diretor Municipal (Eleição de um representante da AM e seu substituto)** -----

----- Efetuada a votação por sufrágio secreto, recolhidos e escrutinados os votos foi eleita a **Lista A por maioria com 21 votos a favor e 10 votos em branco** (anexo 13).-----

----- **Ponto II.5 – Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Rio Maior (até cinco representantes das freguesias do concelho)** -----

----- Efetuada a votação por sufrágio secreto, recolhidos e escrutinados os votos foi eleita a **Lista A por maioria com 30 votos a favor e 1 voto em branco** (anexo 14). --

----- **Ponto II.6 – Conselho Cinegético Municipal (Eleição de um Presidente de Junta e seu substituto)** -----

----- Efetuada a votação por sufrágio secreto, recolhidos e escrutinados os votos foi eleita a **Lista A por maioria com 24 votos a favor e 7 votos em branco** (anexo 15).-

----- **Ponto II.7 – Conselho Municipal de Desporto (Eleição de quatro representantes membros da AM)** -----

----- Efetuada a votação por sufrágio secreto, recolhidos e escrutinados os votos foi eleita a **Lista A por maioria com 21 votos a favor e 10 votos em branco** (anexo 16).-----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Nos termos do n.º 7 do artigo 68º do atual Regimento, o Presidente da Assembleia Municipal propôs a aprovação em minuta dos assuntos aprovados na presente sessão. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes (31 presenças). -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Deu a palavra ao público presente para as intervenções e explicou a condições em que seriam feitas de acordo com o regimento da Assembleia Municipal, de forma a ser do conhecimento de todos os presentes. -----

----- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- **José Manuel Azenha Santos - Fráguas** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----





----- Iniciou por endereçar os parabéns à CJF pela vitória esmagadora nas últimas eleições dizendo que o deixou satisfeito. Interveio para se referir à rejeição da sua candidatura à Junta de Freguesia de Fráguas e que essa foi uma vitória da concelhia do PS mas que, contra tudo e todos, foram encontradas soluções que se revelaram uma vitória justa nas eleições em especial pela pessoa que o conseguiu, Marco Santos, em quem confia e se orgulha. Afirmou que nunca foi movido por partidos políticos e que o que sempre quis foi o melhor para a sua freguesia. Deixou ainda votos de um bom mandato para todos. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Antes de terminar disse que a próxima assembleia que terá lugar ainda no ano de 2017, cuja ordem de trabalhos incluirá o plano e orçamento, está prevista para o dia 27 de dezembro, pelas 17 horas, adiantando desde já essa informação não obstante todos virem a ser convocados nos termos legais. -----

----- **Deputado António Manuel da Silva Moreira** -----

----- Questionou se para além do ponto do plano e orçamento a sessão terá uma ordem de trabalhos muito extensa. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Informou que foi tido esse cuidado e que apenas serão presentes os assuntos que, impreterivelmente, terão que ser decididos ainda este ano. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Disse que nessa sessão terá que ser deliberado acerca dos assuntos que legalmente é obrigatório ainda no ano de 2017, nomeadamente os impostos. -----

----- **ENCERRAMENTO** -----

----- Quando eram dezasseis horas e cinquenta minutos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrados os trabalhos da presente sessão, da qual, e para constar, se lavrou minuta parcial para efeitos imediatos, sendo que a ata será apresentada na sessão seguinte para aprovação global e assinada pela mesa. -----

----- **O PRESIDENTE DA MESA:** \_\_\_\_\_

----- **O PRIMEIRO SECRETÁRIO:** \_\_\_\_\_

----- **A SEGUNDA SECRETÁRIA:** \_\_\_\_\_